

Eixo 3 - A escola

O rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do serviço social

Eliana Bolorino Canteiro Martins

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MARTINS, EBC. O rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do serviço social. In: DAVID, CM., *et al.*, orgs. *Desafios contemporâneos da educação* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Desafios contemporâneos collection, pp. 216-236. ISBN 978-85-7983-622-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Eixo 3

A escola

O rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do serviço social

Eliana Bolorino Canteiro Martins¹

Introdução

O presente texto apresenta alguns elementos para a reflexão referentes ao rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do serviço social nos espaços sócio-ocupacionais existentes no âmbito da política de educação. O artigo faz uma incursão sobre as concepções de questão social, política de educação e do serviço social como profissão, com o intuito de esclarecer ao leitor a fundamentação teórica que sedimenta as reflexões apresentadas.

Ressalta-se que a autora é pesquisadora da área e participa da mobilização dos órgãos representativos da categoria profissional – Conselho Federal e Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), que apoiam aos movimentos sociais que lutam por uma educação pública, laica, presencial, de qualidade e para todos. Insere-se no bojo dessa mobilização o assistente

1 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Docente do Departamento de Serviço Social da Unesp, câmpus de Franca, e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (Gepesse). *E-mail*: elianacanteiro@terra.com.br.

social no âmbito da política de educação, considerando as requisições postas na realidade educacional na contemporaneidade referente à intervenção do assistente social nas diferentes instâncias e modalidades na educação. O serviço social, integrado ao trabalho coletivo desenvolvido nas instâncias educacionais, poderá contribuir significativamente para que a educação atinja seus objetivos.

Compreendendo a questão social e as suas manifestações atuais

Para iniciar essa abordagem, é preciso compreender a concepção de questão social, que fundamenta o estudo, situando-a no processo histórico. Segundo José Paulo Netto (1992), a questão social foi nomeada explicitamente a partir de 1830, quando se tomou consciência da existência da população que ao mesmo tempo foi agente e vítima da Revolução Industrial.

A gênese da questão social está enraizada na contradição fundamental que demarca a sociedade capitalista, isto é, a relação entre capital e trabalho, assumindo roupagens diferentes em cada época e em cada contexto social. No último quartel do século XIX, o capitalismo experimentou profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, incidindo sobre a estrutura sociopolítica da sociedade. Ao transcender da fase concorrencial para a monopolista, o capitalismo recoloca, de forma mais acirrada, as contradições que conferem à ordem burguesa hegemônica os traços de exploração e alienação da classe trabalhadora. “O capitalismo monopolista conduz ao ápice da contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima dos povos e Estados” (Netto, 1992, p.20).

Neste contexto se situa a questão social:

aprendida como conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada, por uma parte da sociedade. [...] é a expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta. (Iamamoto, 1998, p.27)

Ainda em relação à questão social, Yamamoto (1998, p.127) realça que “as diversas manifestações da questão social são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a questão social se expressa na resistência e na disputa política”.

Portanto, para decifrar a questão social, é primordial também demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos sujeitos sociais, nos determinados momentos históricos, para seu enfrentamento. Partindo do pressuposto que o capitalismo industrial, desde sua gênese, se fortalece através de crises cíclicas, exigindo mudanças na organização da produção, reprodução, gestão e controle da força de trabalho, é importante entender as recentes transformações societárias que vêm se processando no contexto contemporâneo.²

Em termos gerais, a crise estrutural do capital, que aprofundou um amplo processo de reorganização econômica e política na dinâmica do capital, é dada do pós-crise estrutural do capital na década de 1970. A referida crise acarretou o esgotamento do modelo fordista-keynesiano de produção e reprodução social,

² Considerando os limites desse texto, indicamos para uma análise aprofundada do tema: Mandel (1990) e Chesnais (1998).

transitando para uma nova fórmula, a de acumulação flexível, a qual por sua vez:

é marcada por um confronto direto com a rigidez fordista. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, formas diferentes de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve várias mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões então subdesenvolvidas. (Harvey, 1993, p.140)

Enfim, no mote “flexibilização” estão imbricadas alterações no processo de produção, nos processos e nas relações de trabalho. Ocorre uma desregulamentação do mercado de trabalho e, acoplada a esta, há a desregulamentação dos direitos trabalhistas. No bojo deste contexto, no marco da “mundialização do capital”, altera-se também o papel do Estado, que reduz sua intervenção se contrapondo ao reconhecimento dos direitos sociais que foram afiançados na Constituição Federal de 1988, fruto da luta dos trabalhadores. Dessa forma, os serviços prestados pelas diversas políticas sociais afastam-se cada vez mais da universalidade do atendimento, assumindo uma direção compensatória, seletiva, excludente visando atender apenas os mais pobres dos mais pobres.

Nesta conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado e de alterações na base social do Estado que as manifestações da questão social assumem novas roupagens, configurações e manifestações. Conforme cita Iama-

moto (2009): a insegurança e a vulnerabilidade no trabalho e a penalização dos trabalhadores; o desemprego; o achatamento dos salários; o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados; as questões de saúde pública; de violência; da droga; do trabalho da criança e do adolescente; da moradia na rua ou da casa precária e insalubre; da alimentação insuficiente; da ignorância; da fadiga; do envelhecimento sem recursos; entre outras, constituem-se nas novas configurações da questão social que influenciam o cotidiano da vida social.

Esse cenário revela a banalização do humano, que se torna descartável se não forem funcionais para a lógica perversa do mercado, expostos à vivência de várias formas de exclusão social. É importante salientar que a questão social no Brasil é um tema permanente, recorrente, considerando as características marcantes do processo histórico de formação e constituição da sociedade brasileira, pesando sobre ela os altos índices de desigualdade social que insistem em permanecer na agenda brasileira até os dias atuais. De acordo com o relatório das Organizações das Nações Unidas (ONU) divulgado em julho de 2010, o Brasil possui o terceiro pior índice de desigualdade social do mundo, ficando próximo a países como Haiti, Madagascar, Camarões, Tailândia e África do Sul. Neste mesmo relatório, a ONU indica ainda como principais causas dessa realidade a falta de acesso à educação de qualidade, uma política fiscal injusta, baixos salários e dificuldades da população em desfrutar de serviços básicos oferecidos pelo Estado, como saúde, transporte público e saneamento básico.

É nesta conjuntura que se pretende refletir sobre os impactos das expressões da questão social nas escolas, considerando para tal os determinantes do contexto político, econômico e social do momento histórico presente na definição e efetivação da política de educação brasileira.

Breve incursão sobre a política de educação brasileira e os rebatimentos das expressões da questão social na escola

Uma breve reflexão sobre a política de educação no Brasil e os impactos da globalização e do ideário neoliberal na efetivação desta política, assim como ocorre nas demais políticas sociais, faz-se necessário mencionar.

A partir da década de 1990, são realizados vários eventos internacionais, organizados com apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e principalmente do Banco Mundial, com o objetivo de debater sobre os rumos da educação. Redescobre-se a centralidade da educação e a ela é conferido lugar de destaque no processo de desenvolvimento econômico dos países emergentes, considerando a reestruturação produtiva em processo de efetivação que traz em seu bojo, também, a incorporação das novas tecnologias que exigem um novo perfil de trabalhador.

A política de educação brasileira, respondendo aos ditames dos acordos internacionais, que possuem como fonte inspiradora o receituário neoliberal, assume uma perspectiva economicista que vislumbra uma formação tecnicista, funcional às demandas do capital em detrimento de uma formação integral, emancipatória, preocupada com a formação de uma consciência crítica, preparando as futuras gerações não só para o trabalho, mas para a vida em sociedade, para a cidadania.³

3 Carlos Nelson Coutinho, embora enfatizando o caráter sócio-histórico e político do conceito, afirma que a cidadania visa à conquista da realização humana num sentido integral. Segundo o autor, “Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Sublinho a expressão historicamente porque me parece fundamental ressaltar o fato de que soberania popular, democracia e cidadania (três expressões para, e última instância,

A educação passa a ser mercantilizada, privatizada, beneficiando a iniciativa privada, como um “negócio” altamente rentável e minimizando os investimentos na educação pública para todos. Contraditoriamente, para que o Brasil consiga reverter os baixos índices de alfabetização e de escolaridade, além dos altos índices de evasão e de fracasso escolar, principalmente na educação básica, é preciso empreender esforços para ampliar o acesso da população da classe popular ao “básico” ou, melhor, ao “mínimo” de educação – o ensino fundamental.

Assim, a partir da década de 1990, vem ocorrendo um processo de democratização do acesso da classe popular à escola pública. O reconhecimento da educação como direito social na Constituição Federal de 1988 e nas legislações específicas que a sucederam (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990) repercutiu no universo escolar que absorve parcela significativa de estudantes da classe popular, historicamente sempre excluída da educação escolarizada.

Mas indagamos: qual o significado da presença desses estudantes oriundos da classe popular no cotidiano da escola? Como tem sido a experiência desses estudantes na escola pública? A permanência e o sucesso dessas crianças e adolescentes têm encontrado dificuldades? Como essas dificuldades são enfrentadas pela escola?

Várias dimensões interpelam essa realidade e interferem no reconhecimento da escolarização como direito social, no sentido de garantir o acesso e principalmente a permanência e o sucesso de todas as crianças e adolescentes nas escolas públicas, conforme apregoado nos aparatos jurídicos supracitados.

dizer a mesma coisa) devem ser pensadas como processos eminentemente históricos, como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações” (Coutinho, 1997, p.146).

Dentre as diversas dimensões destaca-se a prática pedagógica que, segundo a educadora Esteban (2007): deve se aproximar da educação popular, apropriar-se de formas diferentes no processo de ensino-aprendizagem, que facilitem a troca de saberes (saberes dos alunos e dos professores – diálogo articulado). Por outro lado, mas dialeticamente interconectado, ressaltamos também as condições objetivas/subjetivas da vida social (condições socioeconômicas e culturais, valorativas) que os estudantes/famílias trazem para o universo escolar.

É exatamente essa reflexão que emerge no debate deste texto. A escola faz parte da totalidade da sociedade; portanto, ao ampliar o acesso da classe popular ao universo escolar, as expressões da questão social são expostas com maior evidência nesse espaço e interferem sobremaneira na condição de permanência e sucesso desses estudantes.

Situações relacionadas às condições socioeconômicas, aos constantes processos de violação de direitos – como a falta de serviços de saúde, de moradia, de emprego, de transporte, de alimentação – que estão previstas constitucionalmente (CF/1988) e afiançadas no Estatuto da Criança e do Adolescente trazem como diretriz a doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente. Nesta nova forma de compreender as crianças e os adolescentes, como sujeitos de direitos, a rede de proteção social torna-se determinante para garantir as condições humanas e sociais dignas.

Portanto, analisando o cotidiano escolar, constata-se que, em tese, a escola oferece oportunidade para todos, porém os estudantes, principalmente aqueles oriundos das classes populares, não permanecem por não encontrarem o apoio necessário para viabilizarem o acesso a seus direitos (em outras políticas sociais) que lhes propiciem o bem-estar necessário para o cumprimento da trajetória da vida escolar.

Outra questão que se impõe nesta abordagem é a necessidade de reconfiguração da escola a partir do diálogo entre educadores e famílias oriundas das classes populares, reconhecendo as diferenças culturais, sociais e escolares que permeiam o imaginário dos educadores em relação ao aluno/família “ideal” para uma escola também “ideal”. É preciso decodificar as marcas de abandono, subalternidade, trazidas pelas crianças, adolescentes e suas famílias, que revelam a condição de classe social à qual pertencem e que são desvalorizados por não estarem condizentes com o “padrão” da sociedade burguesa, muitas vezes imposto pela escola.

Dessa forma, o fracasso e a evasão escolar são focados nos indivíduos (estudantes/famílias) justificando a falta de mérito para atingir o sucesso escolar, culpabilizando-os por todas as dificuldades que enfrentam na trajetória de vida social e, especialmente, escolar. As atitudes, posicionamentos de desvalorização do saber que os estudantes trazem da sua vivência, da sua realidade social, afastam ainda mais a possibilidade de uma aproximação educando-educadores, para que ocorra um recíproco reconhecimento do outro e o processo ensino-aprendizagem se realize.

Ressalta-se que, nesta situação, ocorre também o ocultamento, ou o não desvelamento, da própria condição de classe social dos educadores. Constata-se que, na história recente da educação, cada vez mais os educadores são sujeitos pertencentes à classe popular, portanto, também expostos às mesmas mazelas da ordem perversa da sociedade capitalista, principalmente referentes à precarização e exploração do trabalho e da efetivação de direitos sociais.

A escola, no sentido amplo do termo, conforme afirma Gramsci (1999), é um espaço de disputas de projetos sociais antagônicos, espaço de luta entre a reprodução das desigualdades sociais e a produção das possibilidades de construção da contra-hegemonia.

No processo da vida social, na sociedade capitalista, a tensão entre exclusão-inclusão está cotidianamente presente, inclusive nas instituições escolares. Por isso, é preciso que a comunidade escolar compreenda essa dinâmica para buscar, através do trabalho coletivo, ampliar o diálogo, mobilizar o encontro, politizar as reflexões, fortalecer os sujeitos coletivos para realmente democratizar a escola. Democratizar tanto no sentido de viabilizar o acesso e a permanência quanto para ampliar a democratização da gestão escolar, democratizando as instâncias de representações colegiadas, que são legalmente instituídas nas escolas, tornando-as canais de diálogo, de participação, de ampliação e luta pelos interesses coletivos.

Diante do quadro apresentado – na escola dos tempos de “capital fetiche”, da banalização do humano, da mercantilização da educação –, os educadores e a escola não podem se furtar de se abrirem à possibilidade de diálogo com outras áreas do conhecimento. Nesta direção, é importante a presença de outros profissionais na composição da equipe interdisciplinar para, juntos, construir alianças que viabilizem formas de resistência e enfrentamento da lógica imposta pela política educacional.

Considerando a complexidade dos processos e das relações sociais que se impõem na realidade, a escola enfrenta demandas para além daquelas pertinentes à formação dos educadores. Desta forma, a escola necessita da contribuição de outros “olhares”, do conhecimento de outras profissões, de outras formas de intervenção e, dentre eles, destacamos a significativa contribuição do serviço social.

A educação que se quer emancipadora não se restringe à educação escolarizada, organizada sob a forma de política pública, mas não se constrói a despeito dela, visto que sob as condições de vida da sociedade capitalista é ela que encerra a dimensão pública que mediatiza, de forma institucional e contraditória, o direito ao acesso

aos bens e equipamentos culturais de nosso tempo. Por essa razão a educação escolarizada ao passo que se constitui em expressão da dominação e controle do capital é ao mesmo tempo objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política. A arena da luta política e da disputa pela direção dos projetos societários e educacionais determina na sociedade capitalista a possibilidade de diferentes contornos da relação do Estado com a sociedade civil. (Almeida, 2000, p.12)

Neste sentido, pretende-se, a seguir, apresentar brevemente algumas considerações sobre a contribuição do serviço social nas mais diferentes instituições que compõem os vários níveis e modalidades de ensino pertencente à política de educação brasileira.

Ressaltamos que não se circunscreve a nenhuma profissão dar conta da complexidade de situações sociais que atingem o universo escolar. É notório o reconhecimento que essas situações estão relacionadas tanto ao próprio sistema – o modo de produção capitalista, sua configuração contemporânea – quanto à organização da política de educação e à condição socioeconômica e cultural dos estudantes e suas famílias. Porém acreditamos que é urgente e salutar contar com outros profissionais que ampliem o conhecimento e as alternativas de enfrentamento dos fenômenos presentes no universo escolar.

A contribuição do serviço social no âmbito da política de educação

A gênese da profissão está estreitamente vinculada ao amadurecimento do capitalismo na sua fase monopolista quando a questão social torna-se uma questão política e o Estado assume o papel de regulador na condução de políticas econômicas e sociais. Portanto, a questão social foi a matéria-prima que justi-

ficou a necessidade de implantação de políticas sociais, espaços profissionais para atuação do serviço social.

Profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, o serviço social tem marcado a sua inserção em diferentes espaços sócio-ocupacionais pertencentes à estrutura do Estado, como também em organizações da sociedade civil e empresas privadas. Historicamente, o assistente social atua sobretudo nas políticas de saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, educação entre outras. Ressalta-se que a intervenção do serviço social ocorre em diversos momentos desde o planejamento, a gestão, o monitoramento, a avaliação e a execução das políticas sociais, tendo como premissa a perspectiva da defesa e da ampliação dos direitos sociais da população da classe subalterna.

Segundo Yamamoto (1996):

o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Relação esta que é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação.

Portanto, nos espaços de trabalho profissional do assistente social estão presentes as contradições e disputas próprias do sistema capitalista, nas quais os interesses das classes sociais são tensionados; portanto, através do mesmo processo social, ocorre a reprodução da hegemonia dominante como a produção de resistências, de contra-hegemonia, de embates históricos que são balizados pela correlação de forças em cada momento histórico.

A atuação profissional do assistente social integra os processos de trabalho coletivo de diferentes estabelecimentos públicos ou privados, possui uma autonomia técnica, regulada por

um Código de Ética e por conselhos profissionais – CFESS e CRESS –, e também pela lei n.8.662/1993 que regulamenta a profissão.

Portanto, a formação e o exercício profissional do Serviço Social estão fundamentados em um arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, tendo como referência o projeto ético-político profissional que está explícito nos seguintes documentos: Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, Lei n.8.662/1993, que regulamenta a profissão, e Código de Ética Profissional (1993).

O trabalho realizado pelo assistente social em diferentes contextos institucionais se apoia numa base comum que é acionada a partir do acervo teórico-metodológico e ético-político que dá suporte à formação e ao exercício profissional. Contudo, esse acionamento, apesar da capacidade de escolha de cada sujeito profissional, não ocorre a despeito dos processos socioinstitucionais de controle e ação política próprios à profissão, como tampouco das determinações que incidem sobre o trabalho nos serviços e, particularmente, no âmbito das políticas públicas [...]. As ações profissionais são determinadas pelas dinâmicas do mundo do trabalho, do Estado e da sociedade civil que impactam sobre as formas de regulação do mercado de trabalho profissional, já que o Estado, além de ser seu maior empregador, tem uma função destacada nos processos de formação e operacionalização as políticas públicas. (Almeida, 2011, p.142)

Neste contexto, destaca-se o serviço social no âmbito da Política de Educação, considerando que essa política compõe parte de um processo amplo de estabelecimentos de consensos sociais, como função central no âmbito da cultura, além de preparar os jovens para a inserção no mundo do trabalho.

A inserção dos assistentes sociais na educação remonta à gênese da profissão no Brasil, na década de 1930/1940, portanto, não

é recente. Destaca-se, porém, que nas últimas décadas, vem se ampliando a presença do profissional, assistente social, em diferentes instâncias e modalidades da política de educação em decorrência de vários fatores, entre eles o processo de ampliação do acesso à educação pública escolarizada, que em última instância visa atender a necessidade de qualificação da força de trabalho e de estratégias de enfrentamento da pobreza.

A intervenção profissional do assistente social tem suas especificidades de acordo com as peculiaridades das diretrizes políticas, organizativas, financeiras que assume cada nível e/ou modalidade de ensino. Portanto, para efetivar o processo de intervenção profissional, cabe ao profissional compreender em todas as suas nuances a política de educação daquele determinado nível onde pretende realizar o seu trabalho.

Tendo como referência o documento *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação*,⁴ consideram-se as seguintes dimensões que particularizam a inserção dos assistentes sociais na política de educação:

Garantia do acesso à educação escolarizada

Na perspectiva da política de educação, a requisição de intervenção do assistente social nessa dimensão visa principalmente

4 Esse documento, elaborado por Ney Luiz Teixeira de Almeida, é o resultante de pesquisa e debate do Grupo de trabalho (GT) referente ao Serviço Social na educação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que mobilizou a categoria profissional, através dos Conselhos Regionais de Serviço Social para reflexão desta temática. Tem “como objetivo contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de sociabilidade humanizadora” (Almeida, 2012, p.7).

a operacionalização de programas e projetos sociais de diferentes formatações, do campo da assistência estudantil até as ações afirmativas que viabilizem a ampliação do acesso da população de classe popular aos diferentes níveis de ensino.

A demanda profissional do assistente social adquire uma feição diferenciada, pois objetiva ações para “verter-se em condição necessária a universalização do acesso à educação e de sua consolidação como política pública, como um direito social” (Almeida, 2011, p.41).

Garantia da qualidade da educação escolarizada

Também na visão institucional a qualidade é reduzida aos interesses de formação para uma sociabilidade burguesa que propala o seu discurso ideológico centrado nas seguintes concepções: “pedagogia das competências”, os paradigmas do “empreendedorismo” e da “empregabilidade”, para alcançar a “eficiência e eficácia”.

Para o serviço social, trata-se de afirmar a educação numa direção contra-hegemônica, que promova uma visibilidade social e política ampla da realidade social, considerando as condições concretas de vida, trabalho e de educação dos sujeitos singulares com os quais atuam no cotidiano institucional.

Garantia da gestão democrática da escola e da política de educação

Na ótica da política de educação, as alusões à consolidação de gestão democrática estão circunscritas aos esforços das bases de renovação do consenso em função da própria crise do capital. Considerando que a política de educação e, especificamente, as instituições educacionais são partes constitutivas da sociedade no sentido global, é importante reconhecer que a cultura de-

mocrática no país está em construção para se contrapor a uma história de autoritarismo.

Portanto, para o assistente social, é importante fazer a comunidade escolar reconhecer esse processo histórico e mobilizar conjuntamente ações que construam práticas democráticas dentro e fora das instituições.

Diante desses desafios, é importante destacar que as dimensões investigativa, interventiva e educativa – partes constituintes do trabalho profissional – devem ser os parâmetros fundamentais.

A dimensão investigativa,

no nível das competências técnico-operativas, a pesquisa desenvolve nossa capacidade de investigar as instituições, os usuários, as demandas profissionais, os recursos institucionais, as agências financiadoras, o orçamento (políticas de educação). Permite preparar respostas qualificadas às demandas institucionais, organizacionais ou dos movimentos sociais, vislumbradas no projeto de intervenção profissional. (Guerra, 2009, p.17)

A dimensão socioeducativa se caracteriza

pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida [...] no sentido gramsciano, como sociabilidade. (Abreu, 2002 apud Yamamoto, 2009, p.595)

Portanto, essa dimensão socioeducativa do serviço social na educação envolve os processos reflexivos relacionados à percepção objetiva da vida social e das condições sociais e históricas que norteiam a sociedade, visando à politização do debate de todos os envolvidos no espaço escolar.

Por fim, uma ação essencial no trabalho desenvolvido pelo assistente social, em particular na educação, é o processo de articulação da política de educação com as demais políticas sociais facilitando a intersectorialidade entre elas. Esse processo significa redimensionar a relação da escola com a rede de proteção social a criança, adolescente e família. Dessa forma, facilitando a articulação entre unidade escolar e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e demais políticas sociais.

O assistente social vai atuar com as manifestações da questão social que mais incidem na escola são: trabalho infantil, diferentes expressões da violência (estrutural, doméstica, na instituição escolar), gravidez precoce, uso/tráfico de drogas, dificuldades socioeconômicas entre outras.

Diante das requisições postas para o serviço social na educação que estão relacionadas a fatores socioeducacionais que interferem sobremaneira no processo educativo, destacam-se:

- mobilizar a participação efetiva das famílias nas instâncias de poder decisório existente na escola e no acompanhamento do processo educativo dos alunos.
- elaborar o perfil socioeconômico e cultural das famílias e dos alunos, contribuindo para subsidiar o projeto pedagógico da escola;
- promover a articulação com o Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude e Ministério Público para efetivar ação conjunta no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e abrigados, de maneira a cumprirem medidas educativas visando à permanência na escola;
- promover a articulação dos projetos sociais que têm como condicionalidade a frequência escolar e são de iniciativa

de outras políticas sociais, tais como Bolsa Família e programas de transferência de renda;

- elaborar programas e projetos em parceria com equipe interdisciplinar de outras áreas sociais que visem prevenir a violência doméstica, o uso de drogas, as doenças sexualmente transmissíveis e infectocontagiosas e demais questões pertinentes à saúde pública, entre outras;
- efetuar pesquisas sobre as demandas existentes na comunidade escolar, subsidiando a política de atendimento à criança e ao adolescente no município, tanto no que tange à educação e a outras políticas sociais como realizando contato com os Conselhos Municipais Setoriais;
- articulação com os movimentos sociais atuantes na área da educação entre outros.

Dessa maneira, os assistentes sociais, ao unir esforços com os educadores construindo alternativas para o enfrentamento das questões pertinentes ao social, contribuirão para que os educadores possam exercer a sua função principal, ou seja: preparar a nova geração para a vida em sociedade, formando cidadãos críticos, conscientes da sua função na sociedade, como sujeitos protagonistas da história.

Considerações... sensibilizando para continuidade do debate

Afinal, de que universo escolar falamos no momento presente? Daquele que possui educadores desvalorizados, extremamente exigidos na sua função profissional, tendo a responsabilidade de atender a todas as mazelas que assolam o ambiente escolar, pois afinal cabe aos educadores cumprirem os determinantes da política educacional, ou seja, minimizar os elevados índices de repetência, evasão, insucesso que “envergonham” o Brasil no

cenário político mundial. De que maneira? Com quais recursos? Com qual formação inicial e continuada? Isso não importa aos governantes, somente tem de ser feito.

E, no entanto, os estudantes e suas famílias, provenientes da pobreza, do desemprego, do não atendimento às necessidades objetivas que lhes garantam um mínimo de dignidade. Aliás, falar de “mínimo”, de “básico”, tem sido a vertente das políticas sociais, em particular da política de educação. Trata-se do avesso à universalização dos direitos sociais, conquistados constitucionalmente com árduas lutas, mas cotidianamente negados.

Tendo como pressuposto a consciência crítica, é preciso reconhecer que educadores, estudantes e suas respectivas famílias estão do mesmo lado, ou seja, dos trabalhadores que são espoliados, explorados, banalizados em prol do projeto político do capital – garantir a acumulação capitalista.

Diante da complexidade dos processos sociais que interpenetram a sociedade, incluindo nesta o universo escolar, faz-se necessário alargar, aprofundar, redimensionar as análises dos fenômenos que se revelam no cotidiano, no imediato para atingir o mediato, construindo mediações entre o singular, particular e universal.

É nesta perspectiva que se concebe a intervenção profissional do assistente social, o qual, orientado por um conjunto de competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, e ainda considerando as condições objetivas presentes nos espaços sócio-ocupacionais no âmbito da política de educação, contribuirá com o trabalho coletivo desenvolvido no ambiente escolar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, N. L. T. Trabalho e Serviço Social. In: _____. (Org.). *Serviço social: trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011.

- ALMEIDA, N. L. T. Educação pública e serviço social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.63, 2000.
- _____. *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação*. Brasília: CFESS, 2012 (Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais, 3).
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- _____. Lei n.8.662, de 7 de junho de 1993. Lei da regulamentação da Profissão de Assistente Social.
- _____. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Secretaria de Estado da Educação. Brasília: Associação Brasileira de Editores de Livros, 1998.
- _____. Lei n.8.069, de 13 de junho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, N. Notas sobre cidadania e modernidade. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1997, p.145-165.
- GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: *Capacitação em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.3.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- IAMAMOTO, M. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. O debate contemporâneo do serviço social e a ética profissional. In: BONETTI, D. A.; VINAGRE, M.; SALES, M. A. et al. (Orgs.). *Serviço social e ética: convite a uma nova práxis*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABESP. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.
- MANDEL, E. *A crise do capital: ensaio*. São Paulo: Unicamp, 1990.
- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1992.